

Governo revê metas do acordo com o FMI

Equipe econômica quer evitar um eventual atraso na liberação da segunda parcela de US\$ 9 bilhões do empréstimo ao país

O novo acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) só deverá ser examinado pela diretoria da instituição entre a segunda e a terceira semana de março, segundo previsão feita ontem pelo secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcos Caramuru. Isso significa que somente no fim do próximo mês ou no início de abril, depois da aprovação da diretoria do Fundo, o país poderá receber a segunda parcela, no valor de US\$ 9 bilhões, da ajuda financeira internacional de US\$ 41,5 bilhões, aprovada no final do ano passado por organismos financeiros internacionais e por um grupo de 20 países desenvolvidos.

Os integrantes da missão técnica do governo que vai continuar a discutir os termos do acordo com o FMI embarcaram ontem à noite para Washington. A missão, chefiada pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, deve permanecer nos Estados Unidos por pelo menos

duas semanas, até concluir a parte técnica das negociações.

Um dos pontos mais importantes do acordo é a definição das metas de inflação com que o governo, sob a supervisão do FMI, passará a trabalhar. Segundo Caramuru, esse é um mecanismo inteiramente novo, que muda completamente a forma de o governo trabalhar com as políticas fiscal e monetária, que passarão a ser condicionadas às metas de inflação.

"Saímos da âncora cambial para adotar a âncora inflacionária. O Banco Central passará a trabalhar com o objetivo de atingir o resultado esperado para a inflação. Por isso, não estamos apenas atualizando o acordo anterior, mas elaborando uma nova política", disse Caramuru, que também viajou para Washington.

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, que também integra a equipe de negociadores, disse que a missão brasileira irá prosseguir a discussão das novas metas de política econômica e das me-

didas de aprofundamento do ajuste fiscal. Nas negociações ocorridas no Brasil nas últimas duas semanas, ficou decidido que o governo terá que aumentar a meta de superávit primário (receitas menos despesas, sem contar o pagamento de juros) para 3% a 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

O acordo anterior previa um superávit de 2,6% do PIB, mas o desequilíbrio nas contas públicas causado pela desvalorização do real levou o FMI a exigir uma economia maior de gastos. "Vamos dar continuidade às discussões iniciadas aqui no Brasil. Ainda não há definições. Por enquanto a discussão está sendo em torno do acordo como um todo", disse ele.

A missão de técnicos também levará ao Fundo um esboço das medidas adicionais de ajuste fiscal que terá de adotar para cumprir a nova meta fiscal. Segundo Marcos Caramuru, o governo não pensa em criar impostos ou aumentar a carga tributária, devendo limitar-se a novos cortes das despesas previstas nos orçamentos da União e das empresas estatais federais. O valor dos cortes, entretanto, ainda não está decidido.

De acordo com o secretário-executivo do Ministério do Orçamento, Martus Tavares, o governo não vai exigir que os estados aumentem a dose de sacrifício na revisão do acordo com o FMI. No programa anterior, os estados deveriam contribuir com uma parcela de 0,4% do PIB para que a meta de 2,6% de superávit primário fosse atingida. Esse percentual deverá ser mantido no novo acordo, cabendo à União e às empresas estatais federais o sacrifício adicional.

"O BANCO CENTRAL PASSARÁ A TRABALHAR COM O OBJETIVO DE ATINGIR O RESULTADO ESPERADO PARA A INFLAÇÃO".

Marcos Caramuru
Secretário de Assuntos Internacionais do
Ministério da Fazenda